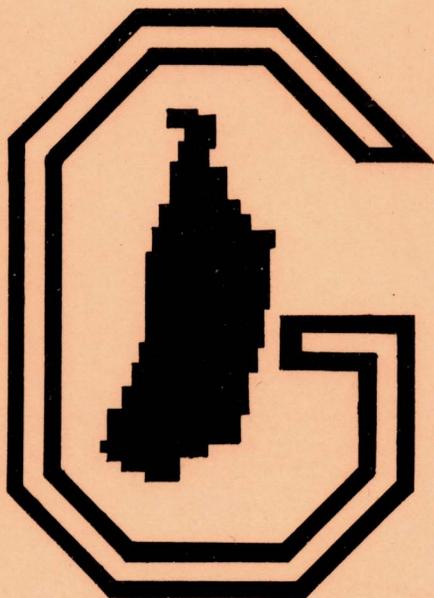


ISSN 0101-708X



UFG – IQG

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

BOLETIM GOIANO DE GEOGRAFIA

PUBLICAÇÃO ANUAL – VOL. 7/8 N. 1/2 – JANEIRO/DEZEMBRO 1987/1988

DIVISÃO REGIONAL DO BRASIL A PARTIR DA DIVISÃO REGIONAL DO TRA
BALHO

Lana Cavalcante Velasco*

INTRODUÇÃO

A abordagem regional é de larga utilização na Geografia, não só nos trabalhos científicos como também nas atividades de ensino. Livros didáticos trazem os conteúdos consagrados por essa ciência, num enfoque regional, seja quando tratam da configuração do Brasil, seja quando descrevem as diversas áreas do globo.

Sabemos, no entanto, que esse tema é utilizado, normalmente, ainda com base numa concepção de região fundamentada no positivismo e neopositivismo.

Vivemos hoje, no âmbito das ciências, um momento de renovação que evidencia a necessidade de mudança de nossa sociedade. A Geografia, particularmente, vive um momento de efervescência de novas idéias, em que se procura explicar a paisagem geográfica partindo da compreensão do espaço como espaço social, produzido pela sociedade.

As reflexões e idéias que dão corpo a essa nova postura se encontram fortemente concentradas nas instâncias universitárias. É preciso encontrar formas de romper as barreiras que separam os três níveis de ensino e procurar caminhos que permitam a sua integração. Torna-se necessário fazer chegar aos professores de 1º e 2º Graus, o que tem sido produzido nas universidades e, juntamente com eles, prosseguir com o processo de renovação.

Percebemos ainda uma outra questão que deve ser discutida: é a questão do distanciamento que atualmente existe entre o conteúdo elaborado por cientistas, resultante de pesquisas e debates a nível do 3º Grau, e o conteúdo da geografia que se ensina no 1º e 2º Graus.

*Profa. da Faculdade de Educação.

Acreditamos que é função de todos os que, de alguma forma, lidam com essa nova postura geográfica, transformar (ou reproduzir) aquele saber elaborado em saber escolar.

Este trabalho tem o objetivo de explicar a atual divisão regional do Brasil - tema bastante explorado nos 1º e 2º Graus, a partir da divisão regional do trabalho. Desta forma tenta contribuir, ainda que modestamente, para a construção de um saber escolar coerente com a postura teórico-metodológica da nova corrente de pensamento geográfico.

I - REFERENCIAL TEÓRICO: UMA NOVA ABORDAGEM REGIONAL

Esta nova abordagem está relacionada, sobretudo, com o conceito de espaço como produto da sociedade, considerada a sociedade como totalidade. A relação se estabelece, portanto, com a totalidade social.

As teorias que foram elaboradas dentro dessa linha, partiram do pressuposto de que o desenvolvimento das atividades econômicas, no capitalismo, é desigual por natureza. É fruto de determinações no processo de acumulação do capital no as pecto técnico, econômico ou político-econômico.

Para entender a conceituação de região, dentro dessa abordagem, pareceu-nos importante a análise do pensamento de dois autores, atualmente com grande expressão na área: Francisco de Oliveira e Alain Lipietz. Ressaltamos que os dois são coincidentes na base, pois se apoiaram numa mesma postura teórico-metodológica, que é a do materialismo histórico, apesar de exporem algumas formulações aparentemente divergentes.

a) Abordagem de A. Lipietz

Lipietz analisou a questão regional com base no conceito de espaço. Para ele o espaço deveria ser compreendido a partir da noção de totalidade social, e sua estruturação como resultante da articulação de diferentes modos de produção em uma formação social.

É importante, porém, observar que Lipietz falou em diferentes modos de produção, ele os considerou como uma forma es pecífica de produção, existindo sob o modo de produção capitalista, que segundo seu ponto de vista, é o "modo dominante".

A região seria, portanto, a dimensão espacial da articulação dos modos de produção, dentro de uma formação social. Cada um dos modos seria modificado pelo lugar que lhe reserva a reprodução do modo dominante, que seria o capitalista. Para ele, cada modo de produção, apesar de sua dinâmica própria, só apareceria na combinação com outros, sob a dominância da produção capitalista. A articulação de diferentes modos de produção permitiria explicar a existência de regiões desiguais, ou a existência de diferenciações de desenvolvimento em uma formação social.

Existiria na região uma polarização de forças sociais e políticas, as classes dominantes locais. Essas entrariam em contradição com a classe nacional e internacional. A dimensão política da região foi denominada pelo autor como a "armature" social de uma formação social regional.

b) Abordagem de F. de Oliveira

Para esse autor a região "seria, em suma, o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital, e por consequência uma forma especial de luta de classes, onde o econômico e o político se fusionam..."⁽¹⁾

A região seria um dado da realidade objetiva cuja especificidade se compreende, sobretudo, da seguinte forma:

1 - Essa especificidade, em cada região, se completaria no quadro de outras regiões, na medida em que se processa a divisão regional do trabalho. A região aí apareceria como o produto do desenvolvimento desigual e combinado.

2 - A especificidade também estaria na dominação de uma forma de reprodução do capital e de relações de produção, e numa estrutura de classe peculiar. Essas classes dominantes locais "fechariam" o território à penetração de outras formas de produção - esta seria a sua dimensão política. A "abertura" de uma região se daria quando as mesmas classes perdessem a hegemonia para as classes dominantes nacionais e internacionais. Geralmente as classes dominantes locais se associariam às nacionais e internacionais.

(1) OLIVEIRA, F. de. Elegia para uma re(li)gião. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra. 3a. ed., 1981, pág. 29.

A esse processo de "abertura" dar-se-ia o nome de "integração nacional" que normalmente, e seria o caso brasileiro, aconteceria com a penetração do capital monopolista. A tendência dessa integração seria o desaparecimento das regiões "... num sistema econômico de base capitalista, existe uma tendência para a completa homogeneização da reprodução do capital e de suas formas, sob a égide do processo de concentração e centralização do capital, que acabaria por fazer desaparecer as regiões" ... (2)

II - DIVISÃO REGIONAL DO BRASIL SEGUNDO O REFERENCIAL TEÓRICO ADOTADO: ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL A PARTIR DA DIVISÃO REGIONAL DO TRABALHO.

Após a análise das principais abordagens, percebemos que a de F. de Oliveira é a que melhor atende aos propósitos desse trabalho. Ela oferece maior capacidade de clarificar a problemática regional brasileira.

Compreender uma realidade espacial é, antes de tudo, entender o espaço como totalidade, totalidade social. Isso só é possível quando se parte do que é essencial na sociedade, a produção dos homens no espaço.

F. de Oliveira analisou a divisão territorial a partir da produção, isto é, da divisão social do trabalho. As diversidades regionais são vistas, então, como especificidades do modo de produção capitalista nos diferentes espaços. Assim, lidar com questões regionais atuais, implicaria, necessariamente, em buscar o processo histórico das regiões e sua inserção no quadro produtivo mais geral, da forma como tentaremos fazer, a seguir.

2.1 - Formação de regiões autônomas voltadas para o mercado externo - Inserção do Brasil no Capitalismo Mercantil

A economia agro-exportadora foi a marca comum da realidade brasileira desde seu descobrimento até as primeiras décadas do século atual. Nesse período, foram as exportações de

(2) OLIVEIRA, F. de. op. cit. pág. 27.

produtos primários que determinaram a localização das atividades produtivas.

Vale ressaltar que não só nesse período, mas até os dias atuais a estrutura econômica brasileira esteve orientada no sentido da expansão capitalista, e organizada para a produção exigida pelas necessidades externas. Isto se dá, logicamente, pelo papel que o país vem desempenhando na divisão internacional do trabalho, com sua economia dependente.

Existiram fases de prosperidade econômica em regiões, logo acompanhadas de aniquilamento total. Isso porque a estrutura montada para a produção não teve outra finalidade que não a de explorar o produto de que a metrópole, e mais tarde os grandes centros capitalistas, necessitassem. Para isso, povoava-se uma certa área do território, desbravava-se o solo e instalava-se nele a estrutura necessária. Esta era a forma como se organizava a produção. F. de Oliveira definiu essa fase da economia como a de uma economia nacional formada por várias economias regionais, desarticuladas entre si.

Essa desarticulação traduziu a especificidade existente no que diz respeito ao processo de acumulação, produzindo regiões isoladas, autônomas, que apresentaram diferenças marcantes em relação às formas de reprodução do capital e às relações de produção. Foi realizado um "crescimento para fora", com as regiões se ligando diretamente aos grandes centros. Não existiu, portanto, uma divisão regional do trabalho em dimensão nacional, integrada.

Milton Santos, analisando essa economia disse "... a inexistência de uma 'integração' nacional, nos países subdesenvolvidos, favorecia laços mais diretos de cada subespaço nacional... em relação com os centros do sistema mundial, cada área exercendo funções reclamadas ao país... A inexistência de uma fluidez espacial... deixava, porém, a impressão de que cada área funcionava segundo uma lógica própria, independente das relações do país como um todo com o sistema mundial"⁽³⁾.

(3) SANTOS, Milton. Espaço e método. SP. Ed. Nobel, 1985.pág.65

2.2 - Caracterização Regional no período analisado

REGIÃO SUDESTE

A Região Sudeste, nesse período, se caracterizou pela produção de café para exportação. Essa produção, em grande parte financiada pelo capital estrangeiro, se expandiu bastante. Chegou a significar, na passagem do século, mais da metade das exportações do Brasil.

O desenvolvimento da cultura do café provocou a substituição do trabalho escravo pelo assalariado, suprido por uma expressiva imigração estrangeira. Isso trouxe como consequência, para a região, a constituição de um mercado para produtos industrializados.

Os grandes focos da indústria brasileira já se situavam, nessa época, no território da atual Região Sudeste. Mais especificamente, no Rio de Janeiro e em São Paulo. A produção industrial era considerada como auxiliar, em relação ao café. Esse, no entanto, acabou por favorecer a penetração do capital estrangeiro com objetivo de instalação industrial. Isso foi um requisito para a consolidação do polo industrial nessa região.

REGIÃO NORDESTE

O Nordeste, nessa fase, teve uma economia diferenciada dentro de seu próprio território. A área litorânea se caracterizou pela produção de açúcar, e mais tarde pela indústria têxtil. No interior, no sertão nordestino, as economias desenvolvidas foram a pecuária extensiva e uma cultura algodoeira.

A indústria têxtil foi incipiente, com baixo nível técnico e de produtividade. Teve a finalidade de complementar a produção têxtil da Inglaterra, com a produção de tecidos grosseiros, de menor valor. Além disso, ela não gerou desenvolvimento. A realização do valor das mercadorias se efetivava fora da região, devido à forte dominação de empresas estrangeiras no que tangia, sobretudo, à comercialização do algodão.

A economia nordestina, onde as relações de produção capitalistas não se aprofundaram, serviu de obstáculo à formação de um mercado de consumo interno suficientemente extenso e dinâmico que pudesse "atrair" o capital industrial.

O resultado foi um estado de "semi-estagnação" econômica, política e social no NE possibilitando, por sua vez, a ex

pansão industrial no SE. A respeito dessas duas regiões conclui F. de Oliveira: "As contradições da reprodução do capital e das relações de produção em cada uma ou, pelo menos, nas duas principais regiões do país, sinal de uma redefinição da divisão regional do trabalho no conjunto do território nacional, começou a aparecer como conflito entre as duas 'regiões', uma em crescimento, outra em estagnação." (4)

REGIÃO CENTRO-OESTE

No mesmo período, o que caracterizou a economia dessa região foi o desenvolvimento de uma pecuária extensiva, paralelamente à atividade mineratória. Essa desenvolveu-se com o objetivo de exportação, com momentos de grande prosperidade. Mas no início do séc. XIX já se encontrava em declínio. Por outro lado, a produção agropecuária desenvolveu-se com a finalidade inicial de atender ao mercado consumidor formado por aqueles que se dedicavam à atividade mineratória.

Com o declínio da atividade de mineração ocorreu uma progressiva agrarização da economia, desde então marcada pela grande propriedade.

O processo de industrialização do sudeste do país provocou o início da integração dessa região na divisão regional do trabalho, como fornecedora de alimentos e matérias primas de origem agrícola.

REGIÃO NORTE

A economia se baseou no extrativismo de produtos naturais do vale do Amazonas, para exportação. Essa economia não teve como base a propriedade territorial. A coleta dos produtos, como o cacau e a salsaparrilha, naturais da floresta amazônica, não se fez em áreas determinadas, mas onde interessava aos coletores. A extração não foi uma atividade permanente, já que se organizava apenas por ocasião da coleta.

Esse tipo de atividade não propiciou nem mesmo a constituição de uma sociedade organizada, razão pela qual a Amazônia, desde o período da colonização, esteve defasada em relação

(4) OLIVEIRA, F. de. Elegia para uma re(li)gião. op. cit. pág.

às outras regiões do país. Pelo menos do ponto de vista do desenvolvimento capitalista.

A força de trabalho utilizada era local. Não se necessitou do trabalho escravo ou de imigrantes europeus. A coleta era feita por indígenas do próprio local, dirigida pelos empresários, e isso contribuiu para o isolamento da região.

REGIÃO SUL

Nesse período a Região Sul se desenvolveu com uma atividade econômica paralela à Região Sudeste, embora inicialmente tenha se mantido isolada.

No período colonial, o extremo sul do país se caracterizou pela produção pecuária extensiva, com o gado vivendo num estado semi-selvagem. No final do séc. XIX e início do atual, a imigração estrangeira favoreceu uma organização econômica e social que a distinguiu do restante do país. Houve o grande parcelamento da propriedade e o desenvolvimento de pequenas culturas destinadas ao abastecimento interno do país.

2.3 - Formação do mercado nacional da economia: inserção do Brasil no Capitalismo Industrial

A década de 30 marcou a formação do mercado econômico a nível nacional, efetivando-se a divisão regional do trabalho. F. de Oliveira diz que essa etapa representou a passagem "de uma economia nacional, formada por várias economias regionais, para uma economia nacional localizada em diversas partes do território nacional"⁽⁵⁾.

O processo de industrialização se consolidou. Consequentemente ocorreu a ascensão da burguesia industrial para compor o bloco de classes dominantes na economia nacional.

A industrialização ocorrida esteve ligada ao desenvolvimento do capitalismo mundial. A mudança de atividade econômica também se deu em outros países periféricos, principalmente após a Segunda Guerra Mundial. Terminada essa, muitos países europeus tiveram suas economias destruídas, abalando a produção de excedentes exportáveis. Ocorreu, então, naqueles paí-

(5) OLIVEIRA, F. de. Economia da Dependência Imperfeita. R.J., Ed. Graal, 2a. ed., 1977, pág. 55.

ses, a substituição de importações. Intensificou-se o processo de industrialização, de terciarização e de urbanização.

Foi uma nova fase do capitalismo mundial. A necessidade de reprodução do capital, e a de uma produção industrial com nível técnico mais elevado alteraram a característica da manufatura existente até então. Por essa razão os dirigentes do país armaram-se para se adaptarem às novas exigências do capital.

A industrialização brasileira não se seguiu o modelo clássico, de uma passagem gradativa da atividade artesanal para uma efetiva produção industrial. Esse desenvolvimento industrial não foi resultado do desenvolvimento das forças produtivas, mas se deu, basicamente, em função do desenvolvimento dos centros econômicos dominantes. Caracterizou-se pela produção de bens de consumo, apesar de se observar o nascimento da indústria de bens intermediários e de produção.

Tornou-se, então, flagrante a relação de dependência entre o centro dinâmico e as demais regiões do país. E mais o privilegiamento na reprodução do capital no Sudeste. Esse capital foi o orientador da industrialização no país.

2.4 - Caracterização da Região Sudeste como locus da Industrialização

A indústria, consolidada como setor de ponta da economia nacional, se concentrou no Sudeste. Mais especificamente, em São Paulo. Essa concentração acabou por determinar uma divisão interna do trabalho, com modificações no quadro da economia regional.

A partir do desenvolvimento da indústria na referida região, foram transferidas as atividades agropecuárias para outras regiões, criando e ampliando a fronteira agrícola. Essas regiões passaram a funcionar também como mercado consumidor de bens industrializados, e como fornecedoras de matérias primas para a indústria.

O Estado passou, principalmente pós 37, a ser motor da acumulação geral do capital no país, garantindo a concentração industrial no Sudeste.

2.2.2 - Caracterização das outras regiões com o processo de industrialização

A economia da Região Sul manteve sua posição de complementariedade em relação ao Sudeste. Destacou-se na agricultura, na década de 50 principalmente, com o aumento de produção cafeeira.

A Região Nordeste, na competição com o Sudeste, perdeu posição em relação à produção industrial, o que podemos interpretar como uma defasagem do crescimento do Nordeste em relação ao Sudeste. A indústria ali se encontrava incapacitada, tecnologicamente, de disputar o mercado nacional. A agricultura manteve-se com relações de produção não capitalistas.

O Nordeste passou a ser o "locus" principal do exército industrial de reserva para a Região Sudeste. Os diferenciais de taxa de lucro que privilegiaram o Sudeste, provocaram a drenagem do capital que ainda se formava naquela região. E a mudança da política econômica, que se centrou na viabilização da reprodução do capital industrial, desestimulava mais ainda a reprodução do capital no Nordeste.

A Região Norte continuou com uma característica de isolamento, não se integrando ainda ao mercado nacional. Esse isolamento teve como consequência uma situação de independência em relação à economia do Sudeste.

O Norte manteve-se, até certo ponto, à parte do processo de industrialização verificado no país. Isto se justificou pela inexistência, nessa época, de uma infra-estrutura que viabilizasse a integração. Mais tarde, a construção da Rodovia Belém-Brasília contribuiu para o rompimento desse estado de isolamento.

O Centro-Oeste do país se inseriu, nessa fase, na divisão regional do trabalho. Como área de extensão agrícola do Sudeste e como mercado consumidor de bens industrializados. O setor industrial, antes praticamente inexistente, experimentou crescimento com destaque para a transformação e beneficiamento dos produtos agrícolas da própria região.

III - PENETRAÇÃO DO CAPITAL INTERNACIONAL NAS REGIÕES DO PAÍS - PROCESSO DE HOMOGENEIZAÇÃO DO TERRITÓRIO - INSERÇÃO DO BRASIL NO CAPITALISMO MONOPOLISTA

O processo de industrialização brasileira foi, aos poucos, sendo caracterizado pela presença do capital estrangeiro, apoiado pelo aparelho de Estado. Podemos observar esse apoio através, por exemplo, de política de incentivos, de créditos e de isenções.

Foi o processo de monopolização da economia. E a inserção do Brasil nesse processo se efetivou, sobretudo, após a Segunda Guerra Mundial e com o Golpe Militar de 1964.

Esse processo se deu como forma de garantir a remuneração do Capital, isto é, manter elevadas as taxas de lucro, necessárias do desenvolvimento do sistema. Isso se deu em países da periferia com um meio urbano e industrial capaz de receber ramos industriais mais avançados como o da produção de bens de consumo duráveis.

A internacionalização da economia, segundo Milton Santos, ocorreu de forma específica em países da periferia: "... o processo de centralização (econômico e geográfico) se reduz a áreas limitadas, de tal forma que o resto do país, graças também às novas condições dos transportes e comunicações, deve manter relações obrigatórias e assimétricas com o 'centro' assim reforçado ou criado. Do ponto de vista dos fluxos de mercadorias, o país inteiro se torna 'a região' do seu 'centro'⁽⁶⁾. O centro reforçado no Brasil foi a Região Sudeste.

A integração regional materializou-se por uma complexidade de fluxos de bens e serviços, de capitais e investimentos e de força de trabalho, entre o centro hegemônico e dinâmico da economia e as regiões periféricas, e entre estas.

A expansão capitalista tem propiciado alterações da divisão regional do trabalho. Isso correspondeu a uma especialização do aparelho produtivo, com finalidade de realimentar o processo de acumulação, a partir do centro dinâmico.

Esse processo de acumulação objetivou elevados níveis de concentração, provocando, recentemente, o transbordamento do centro dinâmico, ampliando as franjas econômicas e pro

(6) SANTOS, Milton. op. cit. pág. 66.

dutivas ao seu alcance. Essa dinâmica provocou o ajustamento e incorporação de novas áreas, cujo potencial pôde sustentar o processo de acumulação do capital do referido centro.

Essas áreas se constituem, portanto, em necessidades estruturais da expansão capitalista, exercendo uma função de drenagem econômica e da possibilidade de superexploração de sua força de trabalho.

Existem, na economia capitalista, formas capitalistas coexistindo com formas não capitalista, no mesmo espaço e no mesmo tempo. "O capitalismo engendra relações de produção não capitalistas como recurso para garantir a produção não capitalista do capital, naqueles lugares e naqueles setores da economia que se vinculam ao modo capitalista de produção através das relações comerciais."⁽⁷⁾

Assim, devemos entender que a ocupação de áreas vazias, como na Amazônia e no Centro-Oeste, tem sido parte de uma política econômica do país, como resposta às necessidades do padrão de acumulação, tanto a nível externo como interno.

Essas áreas têm sido gradativamente incorporadas ao capital para desempenhar algumas funções específicas. Entre essas temos: a manutenção e a ampliação da base industrial (fornecimento de matérias primas), o papel do desenvolvimento comercial e de absorvedor de excedentes populacionais.

3.1 - Análise do papel do Estado no Capitalismo Monopolista

O período de transição da industrialização para a monopolização da economia se caracteriza por uma crescente realização do valor gerado internamente. Isso gera um processo de diferenciação setorial na expansão industrial e de centralização do capital.

A referida centralização necessita ser financiada, através da apropriação ao potencial adquirido pelo nível das forças produtivas, da riqueza nacional. Nesse contexto surge o Estado como financiador e produtor do processo de centralização

(7) MARTINS, José de Souza. O cativo da terra in Metodologia para uma Política Urbana no Estado de Goiás. Relatório Síntese. INDUR. mimeog. pág. 17.

do capital, o que leva a uma expansão de sua intervenção no terreno produtivo.

O Estado se transforma, então, numa peça essencial para a expansão do sistema, fundindo capital privado e público num só. O Tesouro Público, como capital financeiro geral - capital bancário + industrial, funciona como pressuposto geral da produção capitalista.

A intervenção do Estado ocorre nos momentos de crise, para contorná-los e, conseqüentemente, viabilizar o ciclo capitalista. Nesse sentido, favorece a racionalização do sistema produtivo.

No capitalismo concorrencial, o Estado assume o papel de garantidor das condições gerais de produção. Em monopólio, ele age para assegurar as condições específicas de cada capital em particular. O Estado converte-se, assim, em capital em geral.

Dessa forma, o Estado destrói a unidade da burguesia. Essa não se une mais a partir da concorrência entre os oligopólios, mas em razão da concorrência, entre os setores produtivos, pelo acesso aos mecanismos e instrumentos do Estado.

O planejamento surge, então, como forma transformada de luta de classes, no sentido horizontal (da burguesia). Através do planejamento, o Estado promove a unidade do capital, que se torna o mais importante, em detrimento da unidade da burguesia.

Devemos considerar que o Estado também representa, a través do planejamento, a luta de classes no sentido vertical. A destruição da burguesia, pelo Estado Monopolista, deixa espaço para a classe trabalhadora. No entanto, sempre que a acumulação do capital requer a intervenção estatal, os regimes autoritários instalam-se para evitar a hegemonia das classes populares.

O Estado desfaz-se de seu caráter ambíguo, em relação às referidas classes, caráter que perdura até a fase do populismo. Então mais nitidamente, o Estado reflete os interesses da burguesia internacional e nacional associada.

O Estado, constituído por uma tecnoestrutura, é ideologicamente concebido como o mecanismo de instauração da ordem, colocando-se acima da sociedade. Como o organismo neutro, é superior aos interesses das classes sociais.

A prática do planejamento implica no fortalecimento do Poder Executivo, criando a tecnoestrutura. Essa estrutura é de fundamental importância para o Estado, na medida que ela faz com que seus interesses apareçam como distintos e superiores aos interesses das classes. Isso porque, erigida da sociedade civil, a burocracia, que deveria atender aos interesses dessa, passa a atuar em nome de uma "consciência superior", consciência geral. Colocando-se como neutra, mas na realidade estando submetida à lógica e ao interesse do capital, ela administra o Estado contra a sociedade.

3.2 - Práticas Governamentais no processo de monopolização da economia brasileira: breves considerações

A monopolização da economia brasileira passou por períodos de maior aceleração e por períodos de arrefecimentos. Essa classe divergia quanto à política econômica nacionalista, e à ação do Estado no processo produtivo.

Esses conflitos estavam bastante acirrados no final da década de 50, no Governo de Juscelino Kubitschek, quando foi elaborado o "Plano de Metas". Esse plano teve como objetivo acabar com os conflitos e garantir, de uma vez, a entrada de capital estrangeiro no país.

O "Plano de Metas" veio contribuir para a estabilização político-econômica, via processo de industrialização. Foi um marco importante da implantação de um processo de planejamento econômico no país. Uma de suas consequências foi a aceleração da concentração econômica, sobretudo em São Paulo.

Houve na economia uma transformação da estrutura produtiva industrial, caracterizando-se pela implantação da produção de bens de consumo duráveis - indústria automobilística, de eletrodomésticos, e outros, e de bens de capital e intermediários.

Um outro marco importante da ação governamental, para favorecer a entrada do capital internacional no país, foi o Golpe de 64. Foi nessa época que a internacionalização das estruturas produtivas das economias dominantes assumiu posição hegemônica.

A política econômica após o Golpe de 64 visou consolidar e aperfeiçoar o controle monopolístico da economia brasi

leira, ao nível das forças produtivas e com mudanças no processo de acumulação. Isso se conseguiu através de uma relação de força, exercida pela classe dominante, o Estado e o capital internacional, sobre a classe dominada.

A relação de força que existiu teve uma nova forma, se comparada com o populismo. É uma relação de força mais explícita, sem mediatizar-se via instituições democráticas.

3.2 - Caracterização regional no processo de integração capitalista

Com a internacionalização da economia brasileira, ocorreu um reforço do papel de centro hegemônico para a Região Sudeste. Houve uma transformação na sua estrutura produtiva, com a implantação de indústrias de bens de consumo duráveis e de capital e intermediários. Essa transformação econômica foi seguida por uma reestruturação social, com poder definido para os grupos ligados à indústria.

Relativamente ao papel das outras regiões, colocou F. de Oliveira: "O crescimento industrial do Sudeste cria e amplia a fronteira agrícola, reproduzindo, nas margens, formas de acumulação não inteiramente capitalísticas, das quais transfere excedente que vai reforçar a capacidade de acumulação no próprio Sudeste."⁽⁸⁾

As péssimas condições da classe trabalhadora nordestina e a competição com o Sudeste, fizeram surgir pressões sociais. Isso provocou uma situação de conflito que justificou a criação da SUDENE. Essa foi criada em 1959, como um mecanismo de aceleração da integração nacional e uma intervenção do Estado na forma de planejamento. Sua criação representou uma tentativa de superação do conflito de classe intrarregional, e de uma expansão, com o apoio do Estado, do capitalismo do Centro-Sul.

Além da SUDENE, outros mecanismos institucionais foram criados, para facilitar a penetração capitalista no Nordeste. Foi criado um mecanismo estatal chamado de 34/18, que con-

(8) OLIVEIRA, F. de. Economia da dependência imperfeita. op. cit. pág. 72.

sistiu em dispositivos de redução de Imposto de Renda para as empresas que aplicassem capital em empreendimentos considerados prioritários no Nordeste.

Criado, oficialmente, para promover o desenvolvimento da região, representou, na verdade, diminuição de custo de capital para uma minoria de empreendedores. Essa vinculação do Estado com o capital, possibilitou a transferência de empresas do Sul e Sudeste para o Nordeste. Ativou o setor de produção de bens de capital do Sudeste, principalmente, possibilitando a manutenção de taxas de lucro elevadas.

Esse foi o processo de homogeneização do território, requisito estrutural numa economia tipicamente monopolista. A penetração monopolista requer uma elevação das taxas de lucro nas margens do sistema, para manter o lucro médio no sistema como um todo.

Chegamos à conclusão de que a estrutura industrial do Nordeste nada tem a ver com formação e distribuição de renda da própria região. Reflete o processo de redivisão interregional do trabalho, no sentido de homogeneização monopolística do espaço econômico nacional.

A Região Sul já se caracterizava, no período anterior, pela complementariedade em relação ao Sudeste. Esse caráter foi, então, reforçado.

A agricultura tornou-se comercial e capitalista, atingindo áreas de pequena propriedade. A penetração do capital monopolista pode ser notada pela presença do Estado e empresas privadas - nacionais ou estrangeiras - controlando o beneficiamento, a industrialização e a comercialização da produção.

A indústria passou a ter maior expressividade, destacando-se as indústrias agro-alimentícias, têxteis, de couros e peles, calçados e outras.

O Centro-Oeste passou a ser ocupado como instrumento de acumulação. Foi reproduzido na região o modelo monopolista, convivendo com formas não monopolistas, e até mesmo não capitalista, de produção, mas que se submeteram ao capital.

Seu papel na divisão regional do trabalho foi o de fornecedor de recursos naturais agrícolas, cada vez mais beneficiados na região. A região passou a ter um caráter de extensão da Região Sudeste, que lhe foi dado pelas formas de valorização do capital, pela penetração de grandes lavouras industrializadas, e pelo avanço do capital.

Com a implantação de Brasília, houve uma nova configuração na região, com uma economia mais complexa, de estruturação regional mais avançada.

A partir de 1946 a Amazônia sofreu modificações no que diz respeito ao aspecto político, social e econômico. Mas, sobretudo, com a instalação da ditadura militar, ocorreu por parte dos governantes o estabelecimento de políticas regionais para a Amazônia.

Essas políticas visavam a refazer e reforçar os laços da região com o resto do país, e reabrir-la ao desenvolvimento do capitalismo. Objetivava a ocupação da área, estrategicamente orientada, com vistas à preservação das fronteiras internacionais e incorporação definitiva de sua economia à nacional.

A respeito do apoio estatal na ocupação da Amazônia, exemplifica Otávio Ianni: "A construção de estradas; a criação e a ampliação de isenções e incentivos fiscais e creditícios para empreendimentos capitalistas nacionais e estrangeiros; a colocação do aparelho estatal à disposição dos interesses burgueses locais, regionais, nacionais e estrangeiros; a política de segurança nacional, entendida como política de assegurar a submissão política e econômica de trabalhadores rurais de todos os tipos; a frequente transformação de questões de terras em questões de segurança nacional - foram diversas e muitas as formas sob as quais a ditadura colocou o aparelho estatal à disposição dos interesses da empresa privada, do capital, da burguesia." (9)

A ocupação da Amazônia, colocada a nível de retórica como "progresso", "desenvolvimento", "integração nacional", se fez em primeiro lugar por um processo de monopolização das terras por grandes proprietários, nacionais ou estrangeiros. Em seguida foram expropriados de suas terras os índios e posseiros antigos para, finalmente, ocorrer a proletarianização generalizada desses mesmos índios e posseiros.

(9) IANNI, Octávio. A ditadura do grande capital. RJ, Civilização Brasileira, 1981, pág. 136.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos, ao analisar as principais abordagens regionais, que a opção por uma postura teórico-metodológica é de extrema importância para o encaminhamento da pesquisa e seus resultados. Evidentemente, essa importância não se restringe à temática em questão. Ao contrário, isso é válido para qualquer objeto de pesquisa.

De acordo com a linha teórica adotada, podemos chegar a compreender a questão regional brasileira de várias maneiras. Por exemplo, podemos compreendê-la sob a ótica dos "desequilíbrios regionais" ou "disparidades regionais" ou ainda sob a ótica da divisão regional do trabalho.

O planejamento regional trabalhou por muitos anos, e ainda tem trabalhado a questão regional como uma consequência das "disparidades ou desequilíbrios regionais". Dessa forma, as equipes montadas para a elaboração de estudos que objetivavam resolver os problemas ditos "regionais", fizeram vários diagnósticos e propostas técnicas com o objetivo de acabar com essas "disparidades" ou "desequilíbrios". Mas, ao direcionar os recursos do Estado para esse fim, acabaram por aumentar as desigualdades regionais.

Sob o enfoque da divisão regional do trabalho, temos que, para a compreensão da questão regional brasileira, em sua essência, devemos levar em conta a profunda imbricação da economia nacional com a economia internacional.

Precisamos compreender também que essa imbricação é histórica. Ao longo de sua história, o Brasil se tornou sucessivamente fornecedor de produtos tropicais, alimentos e matérias primas. Gradativamente, passou a servir como mercado consumidor de bens industrializados, local de investimentos de capitais estrangeiros e fonte de lucros extraordinários.

Concluimos que, propor soluções técnicas para a solução dos problemas regionais, não é suficiente. As diferenças entre as "regiões brasileiras" e entre "regiões" de um mesmo Estado são estruturais. Essas diferenças não são resultantes, em geral, da falta de "organização" da produção interregional, ocasionada pela deficiência em tecnologia ou em aplicação de capital. Na verdade, fazem parte de uma estrutura que, normalmente, ultrapassa o nível da própria região. É a estrutura do ca-

capitalismo e a divisão internacional do trabalho. Isso faz parte da própria lógica da produção capitalista - desigual e combinada.

Acrescentando a esse raciocínio a percepção do verdadeiro papel do Estado na produção do capital, temos a convicção de que a solução da questão regional no Brasil é um problema muito mais político-econômico do que técnico.

Dessa forma, o processo de conscientização da real problemática regional brasileira passa, necessariamente, pelo caminho proposto nessa investigação. Trata-se de uma questão estrutural. A transformação desse quadro deve ser precedida de alterações na base, na estrutura.

E, o ensino de Geografia, sob o enfoque regional, não pode se furtar a essa compreensão. Isso, quando encaramos a atividade educacional como veículo de socialização do saber elaborado cientificamente. Assim, com a seleção de conteúdos válidos, o ensino discutido, contribui para a formação de indivíduos conscientes, necessária à transformação social.

BIBLIOGRAFIA

- 1 - DUARTE, Alvisco C. - Regionalização - Considerações Metodológicas. In: Boletim de Geografia Teórica. Rio Claro, SP, 1980, pág.5/32.
- 2 - MORAES, Antônio C.R. - Geografia: Pequena história Crítica. São Paulo, Hucitec, 1986.
- 3 - SANTOS, Milton. - Espaço e Método. Ed. Nobel, SP, 1985.
- 4 - OLIVEIRA, F. de. - Elegia para uma Re(li)gião. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1981.
- 5 - _____ . - Economia da Dependência Imperfeita. Graal, RJ, 1972.

